

Real e Ideal: a distância entre os ODS 2030 e a vida na favela do Morro da Kibon

Sobre este Policy Brief

Este policy brief é um documento técnico-sintético que apresenta evidências produzidas em pesquisa e as traduz em subsídios objetivos para a gestão pública. Seu objetivo é apoiar processos de tomada de decisão com base em dados, análises qualificadas e diagnósticos territorializados.

Ao reunir achados empíricos, identificar problemas estruturais e indicar implicações para políticas públicas, o policy brief busca reduzir a distância entre produção científica e ação governamental. Trata-se de um instrumento voltado à formulação, aprimoramento e monitoramento de políticas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

1. Identificação

Autor: Eduardo Magalhães Rodrigues e Silmara Conchão

Título da pesquisa: Real e Ideal: a distância entre os ODS 2030 e a vida na favela do Morro da Kibon

Área de incidência: Saúde; Educação; Habitação; Assistência Social; Intersetorialidade; Governança Territorial; Economia Política; Economia Política da Saúde; Gênero, Classe e Raça; Segurança Alimentar; Direitos Humanos e Consciência Cidadã.

2. Problema

A pesquisa evidencia a distância entre os compromissos formais dos ODS 2030 e as condições reais de vida no Morro da Kibon, expressa na impossibilidade de isolamento domiciliar durante a pandemia, na disseminação de desinformação sobre vacinação e medidas não farmacológicas, na intensificação dos impactos negativos para mulheres e população preta/parda, no aumento da fome, na dependência exclusiva do SUS para acesso à saúde e no agravamento do desemprego, da precarização e da queda de renda.

3. Evidências empíricas

- 1. Impossibilidade de isolamento e vulnerabilidade habitacional** 56,25% das mulheres não conseguiram realizar distanciamento dentro de casa durante a pandemia.

2. **Desinformação e percepção de risco racialmente desigual** 73,68% da população preta, no início da pandemia, acreditava que a doença poderia não ser tão grave, evidenciando impacto da desinformação e falhas na comunicação em saúde.
3. **Baixa renda, fome e dilema entre alimentação e saúde** 76% das famílias vivem com até 1,5 salário mínimo; 54,17% das mulheres relataram que, em algum momento da pandemia, precisaram escolher entre comprar alimentos ou medicamentos.

4. Implicações para a gestão pública

Os achados impactam diretamente:

- **Política Habitacional**, incluindo regularização fundiária e programas como Minha Casa Minha Vida, diante da impossibilidade de isolamento domiciliar em moradias precárias.
- **Política de Comunicação em Saúde**, especialmente no enfrentamento à desinformação e na construção de percepção adequada de risco.
- **Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família (ESF)**, dada a dependência total do SUS para acesso a serviços de saúde.
- **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, frente às desigualdades raciais evidenciadas nos dados.
- **Políticas de transferência de renda e proteção social**, como Auxílio Emergencial e Bolsa Família, diante do aumento do desemprego e da insegurança alimentar.
- **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, considerando a sobrecarga feminina e os impactos diferenciados por gênero.
- **Assistência Farmacêutica no SUS**, dada a necessidade de garantir acesso contínuo a medicamentos.
- **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, frente ao aumento da fome.
- **Políticas de valorização do salário mínimo e renda básica**, cuja ausência estrutural agrava a vulnerabilidade socioeconômica.

Os resultados indicam necessidade de articulação entre políticas nacionais, estaduais e municipais, com forte coordenação territorial.

5. Recomendações para a gestão municipal

Considerando que Santo André possui o 39º maior PIB entre os municípios brasileiros e renda

per capita aproximada de R\$ 50 mil, não há impedimento fiscal estrutural para implementação de políticas territorializadas de enfrentamento às vulnerabilidades identificadas.

1. Criar Programa Municipal de Isolamento Assistido e Moradia Sanitária

Emergencial

Viabilizar isolamento temporário de casos positivos por meio de convênios com hotéis, pousadas e imóveis ociosos; realizar triagem domiciliar por equipes da ESF; estruturar protocolo municipal para garantir impacto epidemiológico efetivo em territórios vulneráveis.

2. Instituir Programa Territorializado de Comunicação em Saúde com recorte racial

Oferecer formação específica em comunicação social para ACS e lideranças comunitárias; produzir materiais direcionados às favelas; monitorar ativamente desinformação em redes sociais, especialmente WhatsApp; fortalecer percepção de risco e letramento em saúde.

3. Criar Programa Municipal de Segurança Alimentar e Assistência Farmacêutica

Integrada

Implementar complementação financeira para famílias com renda de até 1,5 salário mínimo; ampliar restaurantes populares e distribuição de cestas básicas; garantir entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo; estruturar Fundo Municipal para Emergências Sanitárias e, ao menos, um departamento específico na Secretaria Municipal de Saúde para coordenação dessas ações.

6. Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

- Condições de moradia e ambiente físico.
- Renda, trabalho e precarização laboral.
- Segurança alimentar e nutricional.
- Acesso a serviços de saúde.
- Racismo estrutural e desigualdades étnico-raciais.
- Desigualdades de gênero e divisão sexual do cuidado.
- Acesso à informação e letramento em saúde.
- Proteção social e transferências de renda.
- Governança territorial e capacidade estatal local.

7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ODS 1;
ODS 2; ODS 3; ODS 5; ODS 8; ODS 10; ODS 11; ODS 16.